Terça-feira, 18 de Janeiro de 2011 I Série A – Número 14

DIÁRIO
da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014) 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO DA 2.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 17 DE JANEIRO DE 2011

Presidente: Ex.mo Sr. Alcino Pinto

Secretário: Ex.mo Sr. António Ramos

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 11 horas.

A 2.ª Comissão Especializada Permanente procedeu à análise na especialidade do orçamento do Ministério Saúde Assuntos Sociais. Fizeram o uso da palavra, além da Sr. ª Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais (Ângela Costa), os Srs. Deputados Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), Alexandre Guadalupe (ADI), José Diogo (ADI), José António (ADI), Martinho Domingos (ADI), Adilson Managem (ADI) e Jorge Correia (PCD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 12 horas.

O Sr. **Presidente** (Alcino Pinto): — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 11 horas.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral **Managem**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
José da Graça **Diogo**
Martinho da Trindade **Domingos**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrata (MLSTP/PSD):

Alcino Martinho de Barros **Pinto**
António Afonso **Ramos**
António Neves Sacramento **Barros**
Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Jorge Dias **Correia**

… ***falhas na gravação***… antes de dar a palavra aos Srs. Deputados, para dizê-la que os seus colegas que lhe antecederam apenas o Sr. Ministro das Finanças, talvez por obrigação de ofício, fez uma introdução aquando da apreciação na generalidade, ainda em 2.ª Comissão, mas fez a excepção só ao Sr. Ministro da Educação.

Daí que se a Sr. ª. Ministra quiser fazer algum remarque de alguma questão em especial damos-lhe a palavra, antes de conceder-lhe aos colegas da 2.ª Comissão e outros Deputados presentes.

Se sim, Sr. ª. Ministra, tem a palavra para as notas introdutórias.

A Sr. ª. **Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais** (Ângela Costa): — Sr. Presidente, não é necessário.

O Sr. **Presidente**: — Não sendo necessário, Srs. Deputados, passamos imediatamente as questões.

Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano para uma intervenção.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. ª. Ministra, também gostaria de associar a minha voz à do Sr. Presidente, dando boas vindas e desejando felicidades pelas tantas primaveras que comemora hoje. Isto é um bom sinal.

Gostaria apenas de colocar algumas questões. No âmbito da saúde, estive a ver aqui no ponto 2538, «missão médica taiwanesa», como não encontrei no documento algo ligado à medicamentos, não sei se isto estará inserido ali nesse capítulo, que tem sido forte no apoio ao nosso país. Portanto, gostaria de saber onde é que se vem espelhada a questão de aquisição medicamento? Não sei se vem na assistência, mas todavia não sei concretamente, por isso, gostaria que Vossa Excelência nos pudesse brindar por sei que é uma das questões com que se defronta o sector da saúde. Não sei se sairá deste ponto 2538.

Outra questão que gostaria de ver é no ponto 1086, «apoio a integração social dos grupos mais carenciados», com outro ponto que é também de 1086, «apoio das verbas», uma vem de receitas de privatização e outra vem do fundo HIPC. Gostaria que Sr. ª Ministra me dissesse qual é a diferencia.

Continuando no ponto 2434 «luta contra o paludismo», há uma verba de 20 milhões, gostaria que a Sr. ª Ministra me dissesse qual é ponto da situação da luta contra o paludismo. Se este montante é efectivamente suficiente ou não. Ainda no ponto 2077 «mecanismo de implementação de estratégia de género» há uma fonte de financiamento da Guiné Equatorial e outra é da China Taiwan. De igual circunstância gostaria que Vossa Excelência me explicasse, a capitalização desses dois pontos, mas com proveniência diferente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, também não compreendi. Só para acompanhar. Perguntava porquê de quê?

O **Orador**: — Porquê que há diferentes fontes de financiamentos?

O Sr. **Presidente**: — Ok. Porquê as duas fontes?

O **Orador**: — Também no ponto 2338 «vigilância epidemiológica», estive a ver as GOP, fala fortemente nessa acção. Não sei se o montante de 377.500 milhões é suficiente!

Sr. ª Ministra, gostaria que a senhora me esclarecesse como é que está a situação dos médicos. Temos aqui uma série de acções, porque como sabe, vimos em termos de educação uma série de quadros, mas no caso de médicos

já é mais difícil darem aulas ou coisas assim de jeitos, apesar que alguns têm biscate, clínicas e outras acções. Acho que em caso dos médicos não deveriam ser enquadrados como técnicos, como se utilizam noutros sectores tendo em conta o tipo de actividade que eles desempenham.

Não sei como é que está, digo isso porque sei que se debate também com o problema de médicos para o seu sector. Não sei como é que estás a fazer em termos de aproveitamento deste grupo. Como sabe, muitos fazem formação nalguns países e acabam por ficar lá. Às vezes regressam e há problema de enquadramento. Tenho um exemplo, em minha casa uma minha filha que é farmacêutica esteve cá um ano sem salário e tive que estar a apoiar o Ministério de Saúde nesta matéria a dá-la salário durante este tempo.

Portanto, isso é uma das muitas questões que o sector deverá rever…***por deficiência na gravação não nos é possível transcrever parte desta intervenção…*** depois desviam os documentos, eu é que tive que pagar passagem e essas coisas todas. Portanto, isso é uma questão que devem se ver com aproveitamento dos quadros. Apesar que estou a sensibilizar outro quadro médico que tenho para vir a São Tomé, mas tem havido uma certa redundância por causa do enquadramento.

Outra questão que não encontro cá, é sobre a alimentação e fardamento. Noutros ministérios vimos isso, e não sei como é que a Sr. ª Ministra conseguirá fazer face a isso e em que capitulo poderemos encontrar.

Saindo um pouco de saúde indo para o sector de trabalho. Há um sector que é higiene e protecção no trabalho. Tem grande importância por causa de grandes riscos, as empresas se estalam no País, não se faz um controlo sobre isso. Estou a ver isso em função das grandes opções que o seu ministério faz, não sei como é que prevê dinamizar o referido sector.

Também ao nível do sector do trabalho, o que é que se pretende, se a Sr. ª Ministra prevê algum estudo sobre a questão do horário do trabalho. Será que o horário que praticamos actualmente é rentável, é produtivo. Prevê-se algum estudo sobre está questão. Ainda no sector do trabalho, qual é a orientação que se pretende em termo de orientação profissional com a procura do primeiro emprego.

Para terminar, Sr. ª Ministra, a questão de Segurança Social. Como sabe, o Estado deve um montante muito grande ao Instituto Nacional de Segurança Social, devido a diferencia do pagamento da pensão mínima. A Segurança Social luta com algumas dificuldades para continuar a sua política.

Está prevista algum montante que o Estado este ano dê a Segurança Social como anos anteriores? Para não estar a acumular o montante. De acordo com o Estatuto, o conselho de administração já está ilegal há muitos anos. Não sei se a Sr. ª Ministra já revisitou este instrumento legal dos membros do conselho de administração do Instituto de Segurança Social.

Por último, aliás o próprio tempo aparenta no chuvoso e tenho receio que Deus nos proteja. Tenho receio quanto as catástrofes que acompanhamos por mundo fora. Não sei se o sector da saúde prevê alguma verba para as catástrofes, caso haja se podermos intervir. Associo isso a muitos incêndios, ultimamente, tenho acompanhado pela rádio, apesar que o sector da protecção social tem estado a dar algum apoio, mas não sei até que ponto isto tem estado a ser coordenado.

O Sr. **Presidente**: — Mais intervenções Srs. Deputados. Não sendo o caso tem a palavra a Sr. ª. Ministra da Saúde para os devidos esclarecimentos.

A Sr. ª. **Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais** (Ângela Costa): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, bom dia.

Quanto à preocupação levantada pelo Sr. Deputado Guilherme Octaviano sobre a verba da missão taiwanesa, este é um valor direccionado para o funcionamento desta missão cá no País. Portanto, não tem nada a ver com o Ministério da Saúde. Eles é que a gerem, visto que temos uma equipa que também trabalha na acção contra o paludismo. Não só, com outros estudos que vêm realizando no nosso país.

Quanto à questão dos medicamentos, temos uma verba direccionada para a compra do mesmo, a rubrica 1080, e também temos a outra parte, visto que para este ano já temos mais ou menos o problema dos medicamentos resolvido com as ofertas que recebemos. O que nos faz falta mesmo é a questão dos consumíveis e reagentes, por isso é que projectamos mais um valor para esses efeitos. Então, temos aqui 1 bilião de dobras para a compra de medicamentos.

Quanto às mães carenciadas, temos projectado um total de 7.500 milhões de dobras. Por esta razão é que temos dois doadores. São duas fontes de financiamento, HIPC e também Taiwan.

Luta contra o paludismo, independentemente, do valor que está cá plasmado no orçamento, também temos apoios com os outros doadores, que não estão cá. Visto que quando apresentamos o orçamento ainda não tínhamos o valor total disponível para o ano 2011. Por isso, é que não está cá. Mas temos um total de 35 milhões de dobras e não 20 milhões de dobras.

A implementação do mecanismo de género, é a mesma explicação como à questão das mães carenciadas, dado o valor total que temos. Por isso, é que temos duas fontes de financiamento.

«Vigilância epidemiológica», é para o controlo e seguimento das epidemias do dia-a-dia. O valor que temos, inclusive tem um aumento significativo, é apenas para controlar as doenças que, de uma forma ou outra podem suceder a epidemia no nosso país.

Geralmente quando estamos perante uma epidemia temos ainda uma outra verba, que está dentro da emergência sanitária e também temos o apoio da OMS e UNICEF. Então, essa é a nossa comparticipação, visto que para todos esses programas o Governo também tem que ter um valor para comparticipar.

A situação dos médicos. Nesse momento temos um número razoável de médicos, sobretudo na clínica geral. O que faz falta mesmo é na especialidade. Já temos alguns médicos especialistas nacionais, estamos para receber alguns e também a preparar contactos com Cuba para reforçarmos a especialidade, que ainda nos faz falta. Estamos a preparar nesse sentido.

A questão da sua filha neo-farmacêutica, ela neste momento já está a trabalhar connosco. Como sabe o Sr. Deputado, isso não depende só do Ministério da Saúde, tem que ser também com o Tribunal de Contas. Geralmente quando chegamos da formação ficamos um tempo sem receber. Não é um caso particular, mas sim é a situação da conjuntura do País e a metodologia para ser enquadrada.

Mas, contudo, ela já está a trabalhar connosco, já conversamos com ela e temos uma função no sector da farmácia, que temos muito problemas e ela faz parte da nossa equipa de trabalho.

A higiene no trabalho, sabemos que é um sector importante e estamos a criar os mecanismos para reforçá-lo, mas quanto à situação de recurso humano, que faz muita falta. Já entramos contactos, só fizemos o concurso e, nesse sentido, para criar maior dinamismo e mais dinâmica neste sector. Durante o mês de Dezembro e Janeiro tinham acontecido muitos conflitos laborais, então estamos mesmo preocupados com a situação e também vamos nos organizar nesse sentido.

Quanto ao horário de trabalho, também é uma preocupação do Governo e já estamos a preparar também. Pelo menos, o conhecimento que temos, é que já foi feito um estudo. Estamos a tentar entrar em contacto com a pessoa que fez o tal estudo para verificarmos, porque mesmo o nosso assessor que é o Sr. Pina também já nos chamou atenção sobre isso. Também estamos preocupados e estamos a preparar para dar resposta à essa situação.

A procura do primeiro emprego, juntamente com a direcção do trabalho temos um programa que é «projecto integrado de emprego e formação profissional», onde estamos, junto a Direcção do Trabalho e Emprego, a criar os mecanismos para implementação deste projecto em parceria também com o Centro de Budo-Budo.

A situação da dívida do instituto. Também já projectamos, como no ano passado tanto para este ano um valor para a continuação do pagamento desta dívida. A equipa de administração, neste sentido, também a organizar para dar resposta a sua preocupação, visto que é nossa preocupação desde que entramos. O tempo é pouco, ainda não demos resposta dando que entramos no mês de Dezembro com muito trabalho no terreno e essas coisas todas, por isso é que não demos a devida resposta.

Quanto à verba para a protecção civil para fazer face às emergências, também temos uma verba, de 1 bilião de dobras, para protecção social. Estamos nesse momento, a dar respostas a alguns casos que aconteceram desde princípios 2010, porque não tínhamos disponibilidade do valor. E assim também continuaremos para os casos futuros que possam acontecer.

Acho que dei as respostas e não sei se ficou algum assunto por esclarecer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Guadalupe para uma intervenção.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Sr. Presidente, iria para a rubrica 2434, «luta contra o paludismo», e aí temos duas fontes de financiamento. Taiwan e Fundo Global, são 20 000 milhões e 15.000 milhões por aí. Até perguntaria se é de tudo suficiente os montantes previstos!? Alguém me perguntaria porquê? Porque tenho informações do ressurgimento do paludismo e com consequências imprevisíveis, ameaçando tudo aquilo que já foi feito neste domínio.

Também gostaria de saber da Sr. ª. Ministra se os últimos dados existentes, em termos de informação que preciso ter, são encorajadores ou não. Porquanto sabemos dos tais desafios que temos de aqui para diante, no que concerne ao desenvolvimento do País do ponto de vista do turismo, que todos elegemos como um dos pilares importantes.

Até desafiaria a nossa Assembleia, já agora que está cá os deputados, no sentido de termos uma lei que obriga aos nossos cidadãos a disponibilizarem as suas casas para a pulverização. Porque tenho informações de que, parece, só 60% de casas do distrito de Água-Grande foram pulverizadas. Portanto, há aqui todo um conjunto de situações que podem prejudicar toda uma conquista que já fizemos antes.

Depois, iria para «conclusão do centro de saúde de Cantagalo», são 2.000 milhões. Também questionaria o montante, se é suficiente ou não, porquanto não sei se o Estado ainda tem compromisso com o construtor e se essa verba destina-se, exclusivamente, para conclusão.

São essas duas preocupações de momento e, se calhar, voltarei a colocar outras.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano para uma intervenção.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, quero agradecer a Sr. ª. Ministra da Saúde pelas suas explicações.

Há algumas questões que não consegui me aperceber, que tem a ver com a alimentação e fardamento. Já que estou no uso da palavra, gostaria de dizer o seguinte: estávamos a ver a questão das ambulâncias, não sei se neste momento há rede de cobertura das mesmas ambulâncias, e se o número que tem é suficiente.

Vejo, por exemplo, pessoas de Santa Catarina, das Neves, de Caué. Digo isso pelo seguinte: no seu orçamento não vi «meios rolantes», apesar que sei que a Sr. ª. Ministra acaba de dizer que tem tido o apoio da OMS, da UNICEF. Mas acho que esses meios rolantes são importantes.

Estou a entender, e vendo aqui no orçamento, a Sr. ª. Ministra prevê a construção de um centro em Mé-Zóchi, concluir um em Cantagalo, isso permite que todo o mundo não vá apenas ao hospital de referência, que é o Ayres de Menezes. Mas quanto a isso, gostaria de saber se prevê ainda a obtenção de alguns meios rolantes, nomeadamente ambulâncias, apesar de que, ultimamente, esse meio rolante tem sido mais disciplinado. Porque muitas vezes utilizavam a ambulância não só para carregar pessoas, mas para carregar bananas e lenhas que, pessoalmente, já vi e, às vezes, faço intervenções nesses aspectos.

Continuando a minha intervenção, também sei que o Ministério da Saúde é forte em termos de deslocação, não só dos pacientes como dos técnicos. No seu orçamento não vi nada ligada à deslocação, como a evacuações, questões que sei que é o forte em termos de despesas do seu ministério. Aqui não consegui ver nada ligado a este capítulo.

Também gostaria de associar a minha voz à do meu colega Deputado Alexandre. Esse centro de Cantagalo, que tem sido objecto de muita informação, ainda na semana passada passei por lá, ontem fez oito dias, não sei se esse montante será suficiente para a conclusão desta obra. É uma obra que parece histórica, que já vem há muito tempo e nunca mais conclui. Não sei se preciso tocar *jambi* lá, para ver se isso concluiu.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Diogo para um esclarecimento.

O Sr. **José Diogo** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. ª. Ministra, apenas para esclarecimento.

Vejo aqui «protecção e manutenção de todas as fontes e canalização de água», gostaria de saber se é uma acção que vai ser feita, conjuntamente, com a EMAE.

Também saber a questão de abastecimento de água ao hospital central. Isso é o primeiro ponto.

O segundo ponto, tem a ver com a «carteira de trabalho». O que é que isso quererá dizer?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António para uma intervenção.

O Sr. **José António** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. ª. Ministra, Srs. Deputados, só para dizer que também vi uma rubrica aqui, «construção de centro de saúde de Mé-Zóchi», queria apenas um esclarecimento, relativamente, a construção, mas depois também não há outra rubrica que faça referência ao equipamento para o centro. Porque temos o caso do Ministério da Educação, onde o anterior governo pensou e construiu o liceu e agora temos problemas com os equipamentos. Quer dizer que tem que se pensar sobre isso também.

É esse o esclarecimento que queria. Pode ser que haja referência aqui e não apercebi.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Martinho Domingos para uma intervenção.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, é também em jeito de esclarecimento.

Na rubrica 3098, «apoio ao centro de acolhimento para crianças de mães feirantes», não sei se existe esse centro. Por isso, é que levanto esta preocupação.

Depois, gostaria de solicitar a Sr. ª. Ministra se o Governo dá algum apoio à alguns centros de acolhimento das crianças. Estou a falar, nomeadamente, de *Cáritas* e *ARCAR*. Sabe-se que esses centros são parceiros do Governo, porque acolhe e dão tratamento a essas crianças, não sei qual tem sido o apoio do Estado à esses centros?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr. ª. Ministra da Saúde para os devidos esclarecimentos.

A Sr. ª. **Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais**: — Sr. Presidente, em relação à luta contra o paludismo, Sr. Deputado Alexandre, como o senhor disse e disse bem, o problema que temos nesse momento são as pessoas que negam a pulverização nas suas casas. Por isso, é que tem aparecido alguns casos não habituais em relação aos anos anteriores.

Neste sentido estão sendo controlados e os dados continuam sendo encorajadores, visto que os casos aparecidos em 2010 ainda não tinham ultrapassado os casos habituais. Também faço das minhas palavras as suas, que devemos preparar uma lei, onde obriga as pessoas a pulverizar as suas casas. Porque por causa dessas pessoas podemos voltar a estaca zero e perder todo aquele esforço que se fez na luta contra o paludismo, não cumprir o objectivo quanto à dimensão, realmente.

Em relação ao centro de saúde de Cantagalo, como já tinha dito na semana da discussão da generalidade, que a conclusão desse centro não será apenas com o Governo central, mas sim em parceria com o grupo do hospital São João do Porto. Então, a nossa responsabilidade é em relação ao cercado, a água e a energia que temos que colocar no centro, mesmo os equipamentos profissionais vamos trabalhar com os técnicos nacionais e portugueses. Quanto à alimentação e o fardamento, temos, nas despesas correntes, um total de 9.000 milhões de dobras para o hospital Ayres de Menezes.

Em relação à rede de ambulância, nesse momento temos uma cobertura. Toda a área de saúde tem ambulâncias e também iremos reforçar. Temos ainda a compra de mais duas ambulâncias apetrechadas, com cuidados intensivos

e temos uma verba de 1 bilião de dobras para comprar mais meios rolantes. Está cá no orçamento. Também com o projecto PASS iremos comprar mais ambulâncias para reforçar as que já temos.

Quanto à deslocação, temos uma verba que é da «junta para o exterior», num total de 6.481 milhões de dobras, para fazer face a junta médica.

A situação de água no hospital é uma preocupação do Governo e estávamos já, juntamente com a empresa EMAE e o Ministério das Obras Públicas, para vermos essa questão. Tanta intervenção já foi feita, mas ainda continuamos com problema de água no Ayres de Menezes. É uma preocupação do Governo resolver isso, de uma vez por toda, o mais rápido possível. Quanto à equipamentos para o centro de Mé-Zóchi. Projectamos, nesse momento o acabamento e depois, para o futuro, iremos projectar os equipamentos.

Projecto «mães feirantes». Também iremos construir um centro, aí mesmo perto do mercado Côco-Côco. Já temos um espaço, mas temos que aumentá-lo porque não é suficiente, que é perto da igreja da Conceição. Por isso, temos que construir umas duas salas para fazer face a essa situação e para iniciarmos o projecto.

Em relação aos centros de acolhimento, damos sim um subsídio a todas ONGs. Não só aquelas que trabalham com as crianças, como também uma grande parte delas que trabalham na área social. Entre elas, temos a dos deficientes físicos, algumas de apoio aos idosos. A ARCAR e Cáritas também estão dentro dessas ONGs, que são um total de 17 ONGs.

Acho que dei resposta a todas as preocupações levantadas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António para uma intervenção.

O Sr. **José António** (ADI): — Muito obrigado Sr. ª. Ministra. Quando levantei a questão é obvio que não disse que se ia colocar equipamentos antes de construir. O que estou a dizer é para termos em atenção para que no orçamento para construção contemplar também, mesmo que seja noutra rubrica, equipamentos. Não perderíamos com isso.

Vamos imaginar se, na pior das hipóteses, se iniciar a construção no mês de Março ou Abril e terminamos em Novembro. Se não temos aqui no orçamento uma rubrica para equipamentos temos que esperar o próximo orçamento. Quer dizer que vai ficar, eventualmente, 4, 5 ou 6 meses sem que a instituição seja posta em funcionamento, porque não há verbas. Só por isso. Mas havendo verbas aqui, acho que não seria tão grave.

Colocarei outra pergunta, mas tem que ser noutra ocasião…

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado pode colocá-la agora, se quiser.

O **Orador**: — Obrigado.

Para dizer que, com relação à ambulância que se colocou acho que no posto da Trindade, pelas informações que tive, se estiver errado, por favor, corrija-me, está lá uma ambulância, mas parece que há serviços de piquete. Permitam-me a minha ignorância na área, não sou especialista nela, mas parece-me que não há um motorista a tempo inteiro.

Vamos imaginar, se um doente for, eventualmente, levado ao posto há necessidade de fazer deslocar esse paciente ao centro hospitalar Dr. Ayres de Menezes acho que teremos problemas com a deslocação dessa pessoa. Não sei, acho que junto ao delegado da área se podia tentar ver o que fazer para tentar minimizar a situação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Diogo para uma intervenção.

O Sr. **José Diogo** (ADI): — Sr. ª. Ministra, tinha feito uma pergunta sobre a «carteira de trabalho» e gostaria de ter esse esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Martinho Domingos para uma intervenção.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, é apenas para fazer alusão a essa rubrica que levantei.

Quando diz aqui «apoio ao centro…», acho que devíamos alterar. Em vez «apoio» deveria ser «construção» porque ainda não existe. Agora, não sei se esse valor é suficiente para tal.

É apenas isso.

O Sr. **Presidente**: — Sr. ª. Ministra, tenho uma pequena preocupação; é mesmo só preocupação.

Prende-se com a ampliação do banco de urgência. Não estou questionando a questão, mas a minha preocupação prende-se com a prática tradicional do País de fazer *amole pedaço*. Esse hospital foi concebido na época colonial para um *x* número de população, a nossa população, nos trinta e poucos anos de independência, duplicou e continuamos a ter…

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Triplicou!

O Sr. **Presidente**: — Triplicou? Não! Éramos 70 000 no recenseamento de 1970…

Risos.

Portanto, vejo um montante que ultrapassa 1 milhão de dólares, são cerca de 800 e poucos mil euros, para ampliação do banco de urgência. Eventualmente é uma necessidade e é esse acantonamento permanente que estamos a fazer, investir tantos recursos nos edifícios velhos, que já receberam várias ampliações.

Sei que a Sr. ª. Ministra está no Ministério e no Governo há pouco tempo e, provavelmente, não teve ainda o tempo para lidar, de uma forma profunda, com essas questões. Será uma opção? É como que no ano passado tínhamos, e ainda bem que não se concretizou, tomado como decisão no orçamento fazer um primeiro piso na escola preparatória. Por dificuldades, provavelmente financeiras, não se concretizou esta obra e do ponto de vista arquitectónico, na altura, chamava atenção. Primeiro, não sei se as estruturas daquela escola estão preparadas para receber um primeiro piso. Segundo, é a alteração daquilo que é a estrutura arquitectónica da nossa cidade. Vejo que hoje constrói-se sem se observar aquilo que é a traça da nossa cidade e isso adultera um pouco o panorama.

A minha preocupação é, Sr. ª. Ministra, se não poderíamos fazer uma outra coisa para além de ampliar aquele banco de urgência, que foi concebido para um número *X* de população, com uma filosofia diferentes e estarmos a gastar 1 milhão e tal de dólares, não era possível levar essa construção para outro lado, numa perspectiva de um crescimento, ou coisa assim parecida?

É apenas um pouco de especulação intelectual face a essa preocupação que tem. Não só nisso! Infelizmente, quem olha para a nossa cidade vê que ela não cresceu. Não cresceu porquê? Porque estamos a arranjando espaços para meter, meter e meter em vez de pensarmos em ter um plano director e ele permitir, mesmo que aos poucos, ir-se construindo.

Portanto, é apenas, como disse, uma preocupação. Se a Sr. ª. Ministra me pudesse esclarecer, agradecia.

Sr. ª. Ministra, tem a palavra.

A Sr. ª. **Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais**: — Em relação à «carteira de trabalho». Carteira de trabalho é um instrumento que é entregue às empresas. É documento do trabalhador, onde ficará escrito a sua história; aonde trabalhou, as funções que ocupou, qual era o salário. Para termos melhor controlo, sobretudo quando vão a busca de outro emprego já têm o historial na sua carteira. É um instrumento para nos ajudar nesse sentido.

Quanto à ampliação do banco de urgência, Sr. Presidente, independentemente do espaço para o seu funcionamento, ainda temos a construção de duas salas para cirurgia. Também temos salas de desinfecção e vamos, praticamente, demolir a parte de frente onde está-se a utilizar agora, de «cuidados intensivos» até o final do banco de urgências. Vai ser mesmo demolido e construído de raiz.

Também temos a outra componente, que será de uma central de oxigénio. Esse projecto, como viu, é financiado por Taiwan e foi conseguido por eles.

Para implementar a nova dinâmica nos serviços de urgência que, em vez de estarem por vários quartos, coloca-se salões grandes com vários leitos de maneira que o profissional de fora, através de uma vidraça, por exemplo, pode controlar os pacientes. É por essa razão que temos esse valor e o que nos levará grande parte deste é a questão da central de oxigénio.

Em relação à preocupação do Sr. Deputado José António sobre essa questão do condutor, tenho conhecimento que temos um condutor disponível…

O Sr. **José António** (ADI): — A tempo inteiro?

A **Oradora**: — Sim, porque se houver uma urgência ele tem que ir, por exemplo, para outro posto de saúde buscar o caso para ser evacuado ao Ayres de Menezes. Se é que isto não está a acontecer, então tenho que ver junto ao delegado da área para saber o que é que está a acontecer realmente. A recomendação foi essa, porque não valia a pena mandarmos uma ambulância para estar aí parada e, se houver serviço, não conseguir cumprir o nosso objectivo.

Em relação à questão do centro de saúde de Mé-Zóchi. Mesmo se terminarmos uma obra, como tinha dito o Sr. Deputado, temos que fazer concursos e tudo isso nos levaria mesmo um tempo, porque temos que ficar a espera. Para um ano não se pode projectar tudo. Por essa razão é que começamos agora com a construção. Fora disso, acho que respondi todas as questões.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Correia, não sei se tem mais questões a colocar…

Murmúrios do Sr. Deputado Jorge Correia.

Não, a Sr. ª. Ministra já terminou e como chegou depois a minha preocupação é saber se tem questões, já que tem participado em todos os sectores e com bastante entusiasmo e contribuições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Adilson Managem para uma interjeição.

O Sr. **Adilson Managem** (ADI): — Sr. Presidente, aqui no ponto 2000 «funcionamento e manutenção da unidade», temos Caué, Lobata, Mé-Zóchi e Nacional Não vejo aqui Cantagalo nem Lembá.

Gostaria que me esclarecesse.

O Sr. **Presidente**: — Mais questões Srs. Deputados?

Tem a palavra a Sr. ª. Ministra da Saúde para responder.

A Sr. ª. **Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais**: — Sr. Deputado Adilson Managem, falta sim Cantagalo e Água-Grande, porque está dentro do «nacional». Porque se colocássemos todos os distritos, seria muito grande a discriminação. Por esta razão colocamos «nacional», assim como a Região Autónoma do Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. Presidente, apenas uma questão simples. Não quero entrar na Saúde, espero que esteja bem de saúde…

Risos gerais.

Sr. ª. Ministra, no item 1068 diz «conclusão do centro de Cantagalo», sei que isso é com em Portugal…

Vozes: — A Sr. ª. Ministra já falou disso!

O **Orador**: — Ah, está bem. Em relação ao São João do Porto, conheço o processo, discuti com eles, estávamos para assinar um protocolo, creio que na véspera da festa da independência, mas gostaria de saber se continua a componente de hemodiálise.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr. ª. Ministra da Saúde para responder.

A Sr. ª. **Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais**: — Sr. Deputado, tem também essa componente, que é a mais importante para nós, dado o número de doentes que temos em Portugal. Esta é a mais-valia para o nosso país. Não é apenas para Cantagalo, diria para todo o País.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Já agora, S. ª. Ministra, já está o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional…

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Correia, o senhor sabe que esta Comissão tem uma presidência?

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sim, mas fui na sequência da Sr. ª. Ministra, sabe como é essa equação. *A flá clonveça zaca zoló, a ca tufu mon tchilá uãn, doçu, tlechi ca chê*.

Essa questão de hemodiálise é muito importante, não só para a componente saúde como tal para servir os nossos, mas também tem uma vertente económica extremamente importante que é bom segurar. Hoje, no mundo, há turistas que têm dinheiro e que sofrem de determinadas doenças que não podem se deslocar.

Estão proibidos. Se houver um centro deste que preste realmente bom serviço, só aquele pólo pode criar um desenvolvimento bastante grande naquela área de Cantagalo. Sei que para além desta há outras componentes, vai beneficiar bastante a população de Santana se, por ventura, for o protocolo que conheço.

Faz com que muitos turistas, aqueles mesmo que têm dinheiro, desloquem para aqui só porque têm a certeza de que há um centro a altura para, periodicamente, fazerem essa tal transfusão de sangue. Isto até aumentou, tenho até números que foi, para a zona de Portimão, ter-se criado um centro deste em relação a essa componente turística, que traz mais-valias.

Por isso, Sr. ª. Ministra, aperte o Sr. Ministro das Finanças para ver se isso pega.

Murmúrios e risos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Ministros, Srs. Deputados, julgo que não há mais questões.

Tem a palavra o Sr. Deputado Martinho Domingos para um esclarecimento.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, tomo a palavra apenas para esclarecimento.

Vejo aqui na rubrica 3185 «construção de casas para acolhimento de doentes e associados», gostaria que a Sr. ª. Ministra me explicasse isso.

Depois para dizer também que a minha preocupação levantada, a Sr. ª. Ministra não deu resposta.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr. ª. Ministra da Saúde para responder.

A Sr. ª. **Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais**: — Sr. Presidente, sobre a questão de casas para acolhimento de doentes e seus associados, é uma casa que vamos construir para os doentes que virão do Príncipe. Porque dia-a-dia há um ou outro que vem e não tem ninguém cá. Tem que ficar, às vezes, duas a três semanas internados.

Mesmo tendo alta, continuam a viver no hospital porque não têm onde ir. Por essa razão é que vamos construir uma casa dessa para dar resposta a esse problema, e como forma também de organizarmos melhor. Porque às vezes marcando o dia para eles irem para o Príncipe, vivem num lugar muito distante e chegam a perder o barco ou o avião. Entretanto, tendo todos num lugar é muito mais fácil fazermos a gestão e gastarmos menos. Em vez de ficarem uma ou duas semanas, assim que tomarem alta já sabemos o número e enviá-los de novo para a Região Autónoma do Príncipe.

Sobre a questão do projecto «apoio as mães feirantes», como tinha dito no princípio, Sr. Deputado, é que o espaço que temos não é suficiente, por isso é que disse que temos que construir. Vamos dar o apoio àquele centro como disse, construindo algumas salas para dar resposta àquelas crianças que ficam aí no mercado a sua sorte com as suas mães.

O Sr. **Presidente**: — Volto ainda a perguntar aos Srs. Deputados se têm novas questões a serem colocadas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Correia** (PCD): — Sr. ª. Ministra, recordo-me, quando estivemos a analisar o orçamento na generalidade, houve uma Sr. ª. Deputada do Príncipe que fazia questão da transferência de uma parte desta verba para estar adstrita, creio que ao sector que ela pertence que também tem relação com os grupos mais carenciados. Depois desse período até agora, qual foi a sua reflexão quanto a isso?

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Coitada da Sr. ª. Ministra!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, está a referir-se a que verba, concretamente?

O **Orador**: — Vejo aqui, por exemplo, 1086 que são receitas de privatização e HIPC. Portanto, refiro-me aos grupos sociais mais carenciados, quer mulheres, quer crianças, quer os mais velhos que é um aspecto que corresponde ao apoio aos grupos mais vulneráveis.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr. ª. Ministra para responder.

A Sr. ª. **Ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais**: — Sobre esta questão, Sr. Deputado, esse projecto é de âmbito nacional e quando disponibilizamos sempre um valor para atendimento temos que fazer a transferência para a Região Autónoma do Príncipe. Para fazermos essa transferência, realmente, eles terão que se organizar e pedir a protecção social. Porque neste momento a protecção social na ilha do Príncipe está apenas com uns técnicos. Eles não… ***deficiências na gravação***... hoje estive com eles e conversamos melhor sobre o assunto. Temos esperança de organizarmos melhor o serviço depois para darmos resposta.

O valor que enviamos é o que temos dado ao número das mães e idosos que são seleccionados… ***deficiências na gravação.***

O Sr. **Presidente**: — … ***deficiências na gravação.***

Srs. Deputados, estamos terminando a discussão do orçamento na especialidade para o Ministério da Saúde e Assuntos Sociais e, não havendo mais questões, consideramos aprovado por consenso.

Srs. Deputados, façamos um intervalo para retomarmos depois com a discussão do orçamento para a Assembleia Nacional.

Eram 12 horas.